

Corte será maior que imposto, diz Amim

JANES ROCHA

BRASÍLIA – O ajuste fiscal que o governo está preparando deverá pesar mais sobre os cortes de despesas do que sobre a arrecadação, na opinião do governador eleito de Santa Catarina, Esperidião Amim. Para o governador, que esteve anteontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o aumento dos impostos deve contribuir com, no máximo, R\$ 8 bilhões, dos quase R\$ 25 bilhões em ajustes que serão feitos por todas as esferas do setor público: União, estados e municípios. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) responderá por metade do adicional de arrecadação, ficando a outra metade para impostos sobre pessoas jurídicas e sobre produtos de consumo como cigar-

ros e bebidas. “Não há qualquer intenção de se mexer no Imposto de Renda de Pessoa Física”, disse o governador.

Sacrifício – Amim saiu mais tranqüilo da conversa com o presidente no que diz respeito à contribuição dos estados e municípios para o ajuste fiscal e o equilíbrio na divisão de sacrifícios pela sociedade. “É fundamental que a coisa tenha equanimidade”, afirmou o governador, que obteve do presidente Fernando Henrique a garantia de que os estados que fizeram ajustes devem contribuir menos com cortes. Um exemplo, disse Amim, são os estados que já ajustaram o quadro de empregados à Lei Camata (que limita a despesa com funcionalismo a 60% das receitas). “Não é justo que se cobre de quem já se adequou à lei o mesmo de quem não se adequou”.

Para o governador, o Congresso não vai poder se furtar a participar do sacrifício que o Executivo estará impondo à Nação, e comparou a situação atual com uma doença grave: “não há dúvidas de que existe uma doença grave em nível internacional. Os técnicos do Executivo estão elaborando a prescrição para a cura do paciente, mas o Congresso faz parte da junta médica que vai tratar o doente”. Segundo Amim, pelo menos para alguns dos amargos remédios que os técnicos vão apresentar, “o Congresso terá que dizer sim”. Mas alerta: “só dirá sim se conhecer o conjunto de medidas”.

Imposto Verde – Em São Paulo, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, defendeu ontem a criação de um imposto adicional na gasolina para proteger o

meio ambiente, o Imposto Verde. “Seria uma forma de diminuir a poluição atmosférica”, disse.

■ O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou ontem a ampliação do prazo de 180 para 360 dias para o resgate de notas promissórias (*commercial papers*) emitidas por companhias de capital aberto, pedida pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). As empresas de capital fechado não foram beneficiadas com a medida. As dificuldades de acesso ao mercado internacional e de conseguir refinar os papéis que estão vencendo, segundo a Abrasca, foram os argumentos apresentados à CVM para a prorrogação do mecanismo financeiro interno.

10 OUT 1998